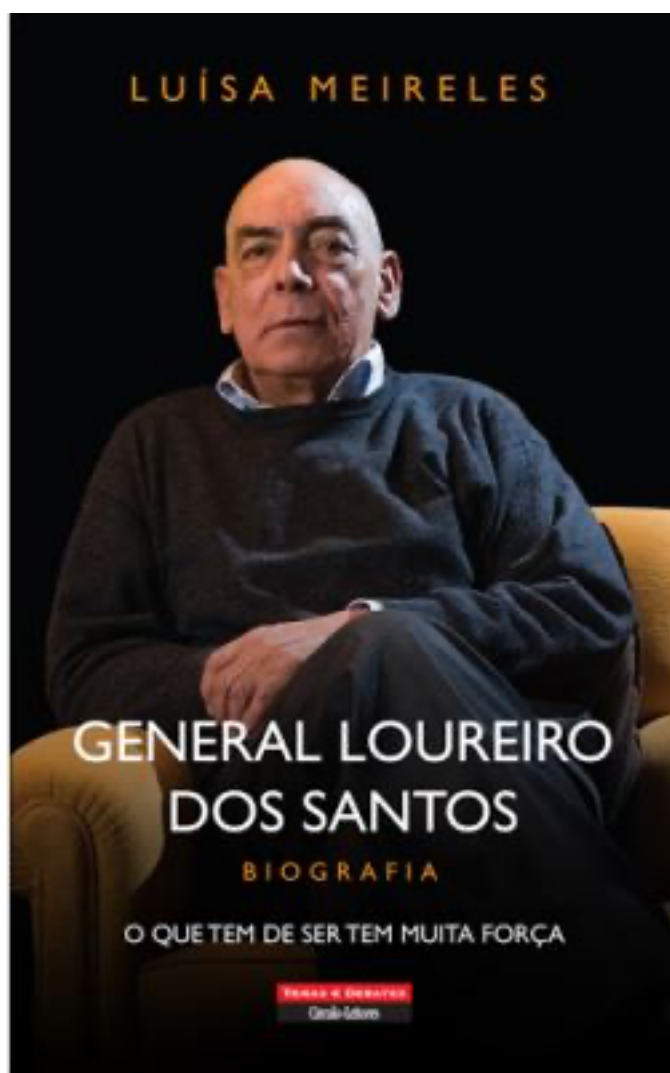


## Quem pediu a pena de morte no dia 11 de março de 1975?

O veto de Mário Soares à lei da racionalização dos efetivos militares e a ata da reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional de 18 de maio de 1992 são dois dos documentos trazidos à luz do dia no livro “General Loureiro dos Santos, biografia”, de Luísa Meireles. A obra tem um manancial de informação, parte dele inédito, sobre o conturbado período da transição para a democracia em Portugal. Apresentamos neste artigo alguns dos dados inéditos contidos no livro, enquadrados por outra informação dessa época.



José Alberto Loureiro dos Santos, o general que resolveu abrir o livro da sua vida à jornalista Luísa Meireles é uma das figuras incontornáveis da democracia em Portugal. A frase parece um cliché, mas no caso do general não pode deixar de ser escrita. Se há alguma sombra de dúvida sobre isso, esta desaparece ao ler o livro de Luísa Meireles. Mas "General Loureiro dos Santos, biografia" é mais do que a vida de um homem — é um manancial de informação sobre a história recente do país, sobre os acontecimentos que se sucederam após a Revolução de Abril na edificação da democracia. Como, por exemplo, os acontecimentos do dia 11 de março de 1975, quando numa assembleia revolucionária de militares se pediu a pena de morte para os envolvidos naquilo que consideravam uma "intentona reacionária". Aqui deixamos, em oito capítulos, uma leitura da obra

#### UMA DEMISSÃO EM NOME DA DEMOCRACIA E DOS MILITARES

Se Loureiro dos Santos, na reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional de 18 de maio de 1992, se tivesse demitido do cargo de Chefe de Estado-Maior do Exército "ia misturar política com relações externas, ia ser uma barafunda", mas a sua vontade era sair de cena, porque já não o consideravam um ator principal nem mostravam preocupar-se com as centenas de militares que esperavam que o general cumprisse o seu papel. Poderia ser um risco para a democracia.

Passavam 18 anos da Revolução de Abril, os militares andavam nervosos. "O Exército em particular estava nervoso, com a perspetiva das largas dezenas de coronéis (a "geração de Abril", diziam-lhe) que iam ser mandados para a reforma antecipada", conta Luísa Meireles, a partir de informação bebida na melhor fonte: o seu biografado esteve no olho do furacão.

Antes da reunião, e depois de ter recebido a carta assinada por 477 militares, Loureiro dos Santos falara com o primeiro-ministro e com o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, Soares Carneiro. O Presidente da República, Mário Soares, já estava sensibilizado para o assunto, pensava que poderia tratar-se de um diploma injusto. ao gorar legítimas expectativas de carreira de um sector significativo de militares. E foi isso que defendeu no dia 18 de maio. Contudo, Cavaco Silva mostrou-se inflexível: "o Governo estudou muito bem esta lei, e não vê qualquer necessidade de introduzir quaisquer emendas. O Governo não pode nem vai alterar a sua posição".

Na ata da reunião do Conselho Superior de Defesa Nacional de 18 de maio, que Luísa Meireles revela em primeira mão, encontra-se transcrito o documento contestatário à lei que estabelecia as normas relativas à transição de efetivos militares para as citações de reserva e de reforma. Os militares, dizendo reconhecer a necessidade de modernizar as Forças Armadas e de reduzir pessoal, sentiam com esta lei estarem a ser subjugados — consideravam que se fosse aprovada "agravar-se-ia o

descontentamento já existente e seria afetada a coesão, o moral e a disciplina nas Forças Armadas, e o consequente cumprimento da sua missão”.

Além da inflexibilidade de Cavaco, constata-se ainda no documento até agora 'perdido' nos arquivos que o CEME Loureiro dos Santos é o único dos chefes militares presentes que julga ser imperativo emendar alguns artigos: o Chefe de Estado-Maior da Marinha afirmou que as medidas previstas, “embora trazendo algumas dificuldades”, não punham “em risco a capacidade de a Marinha cumprir a sua missão” e as implicações que não teriam “expressão significativa”; o próprio Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas “nada tinha a objetar à promulgação do projeto”.

Loureiro dos Santos já havia dito que a lei era injusta, que não se podiam tratar assim militares de 50 anos, muitos dos quais se distinguiram nas guerras de África, que não podiam ser menorizados nem “servir de experiência” para outros funcionários da Administração Pública não militares. E expôs a sua opinião e a dos subordinados e propôs emendas na reunião. Por tudo isto, não podia manter-se no cargo, não ficaria de bem com a sua consciência.

O general “nunca pensara que tivesse que o fazer. Mas tinha que ser. Se não conseguia convencer o poder político numa questão que considerava vital para a defesa das Forças Armadas e dos seus homens, que outra saída lhe restava? Era o 'dever de fazer', que ele tinha bebido desde o tempo das camaratas na velha Escola do Exército e sobre o qual ele divagava às vezes com os camaradas”. Tinham-lhe ensinado que “um chefe tem de estar disposto a abdicar de tudo, mesmo da sua carreira”.

Logo a seguir à reunião, regressou ao Estado-Maior decidido a escrever a carta de demissão. Chamou o chefe de gabinete e disse-lhe: “Perdi. Vou sair de chefe. Vou demitir-me. O primeiro-ministro não cede e a lei vai mesmo para a frente”. O seu velho amigo Faria Ravara reagiu mal: “não podes fazer isso já, temos a visita ao Brasil marcada para amanhã. Os brasileiros não iam entender por que carga de água o fazes agora e não depois. Está tudo preparado para te receber. Ia ser uma bronca dos diabos!”.

Loureiro dos Santos caiu em si. A viagem estava marcada há meses, “ele sabia como os brasileiros a tinham preparado ao pormenor, era uma volta pelos principais centros do Exército por todo o país, uma espécie de homenagem aos tempos que ali passara em 1971 a fazer o doutoramento em Ciências Militares. O seu velho amigo tinha razão. Quando voltasse, 15 dias depois, tratava do assunto como efetivamente fez. O Presidente vetou a lei (veto que desapareceu dos arquivos, mas Luísa Meireles conseguiu descobri-lo e o reproduz no livro), mas apenas para marcar a sua posição, já que Cavaco, tal como prometera, fez com que o seu partido a viabilizasse no Parlamento e Soares foi obrigado a promulgá-la.

O pior, e passemos apenas ao biografado, foram as promessas feitas, a expectativa criada de prosseguir a sua vida com normalidade, tinha apenas 58 anos não fazia qualquer sentido, aliás, seria um grande desperdício, passar à reserva, a que se seguiria a reforma cinco anos depois. Mas acabou 'compulsivamente' reformado. O país ganharia com o tempo livre do general, mas este passou um mau bocado, na certa foi dos piores momentos da sua vida.

Loureiro dos Santos, ainda no ativo, discordando de António de Spínola como era hábito

### "NÃO FUI EU QUEM PEDIU A PENA DE MORTE"

Este dia, como escreve Luísa Meireles, "foi um dia que não acabou". O 11 de março de 1975 foi aquele dia que ficará para a História marcado pelas contradições dos relatos no afã de construir uma narrativa mais favorável para quem tomou partido. Com este livro, fica-se a conhecer as mais importantes versões da chamada "Intentona reacionária" que levou à prisão, entre militares e outras figuras ligadas ao antigo regime, membros das famílias Espírito Santo, Melo e Champalimaud. E fez com que se falasse em pena de morte.

"Assembleias de militares exigem o fuzilamento dos fascistas responsáveis pelos acontecimentos", titulava no dia seguinte o "Diário de Lisboa" e publicava os comunicados dos militares do regimento bombardeado, o de Artilharia Ligeira, junto ao aeroporto da Portela. O ataque começou de manhã contra aquela unidade do COPCON e terminou pela hora de almoço com os militares em grande exaltação, virados uns contra os outros.

Os soldados do RAL1 convencidos de que os seus inimigos eram os capitalistas e fascistas que tinham oprimido o país durante 48 anos, acreditam que só têm um papel a desempenhar, quer os generais gostem ou não, "defender os operários e combater todos os reacionários". E apelavam ao povo que pegasse em armas para que se fizesse justiça popular, exigindo nos comunicados "Fuzilamento já!" dos envolvidos no golpe liderado pelo general António de Spínola, o primeiro Presidente da República pós 25 de Abril e que neste dia fugiu para Espanha.

Otelo Saraiva de Carvalho, brigadeiro, dizia não ter dúvidas "em pôr na rua forças populares armadas para defender a democracia". Costa Gomes consideraria ter havido "traição de alguns quadros", e que "todos os responsáveis seriam rapidamente julgados e punidos", isto não se verificou, mas foi o na altura Presidente da República quem, segundo o biografado, salvou o dia.

O também general concordou em realizar, como exigiam alguns militares ligados à Revolução de Abril, uma Assembleia, "areópago de cerca de 240 militares que era uma espécie de parlamento da Revolução", escreve Luísa Meireles.

Loureiro dos Santos, chefe de gabinete, era o secretário da Assembleia, mas ninguém solicitou que se fizesse qualquer ata — “nem fui convocado, mas ia entrando e saindo. Era uma confusão. Havia gente que entrava e saía de camuflado e armada, era uma grande bagunça”, conta. Parece ter havido uma gravação em áudio, mas não se sabe das bobinas (na altura gravava-se em fita magnética).

“O então Presidente percebeu que não conseguia dominar a assembleia, ia concordando ou calava-se e, em determinado momento, disse com a sua voz rouca: ‘nós temos de mostrar que queremos que o povo decida... portanto, daqui tem de sair que estão garantidas as eleições para a Constituinte’. Deve ter receado que iam acabar com o compromisso das eleições e resolveu antecipar-se. Ele só se ficou por isso, mas era de facto o mais urgente e importante, o que permitiu transformar tudo”, nas palavras de Loureiro dos Santos.

Na assembleia que alguns apelidam de “selvagem” por ter sido “convocada ‘ad hoc’ e contar pela primeira vez com a “participação de sargentos e praças”, e outros chamam “revolucionária”, pediu-se a pena de morte para os “contra revolucionários”. Foram nove ou dez horas de discussão. Há ainda hoje uma névoa sobre essas horas e essa pretensão. Uns dizem que se pediu em coro, outros que foi um militar quem verbalizou a intenção, muitos estão convencidos de que terá sido o coronel Varela Gomes que, neste dia, apelou à concentração do povo junto ao RALIS e teve papel central na convocatória da Assembleia do Movimento das Forças Armadas (MFA).

A biografia de Loureiro dos Santos inclui um interessante testemunho que o resolveu publicar na íntegra, em apêndice. Nele Varela Gomes é taxativo: “Não fui eu que pedi a pena de morte. Não tomei partido pela pena de morte. Era um dos muitos presentes que se limitava a escutar o debate”.

“O debate generalizou-se, uma parte (reduzida) da Assembleia apoiando o princípio da pena de morte, outra (mais numerosa) opondo-se. Porque foi nestes termos, embora apaixonados, que decorreu o debate. Discutiu-se se era correto ou não, se a Revolução exigia ou não o exemplo do castigo máximo. Não estavam lá as multidões ululantes que tanto arrepiam os donzelos pluralistas. Decidiu-se — democraticamente — não considerar a aplicação da pena de morte”, diz Varela Gomes.

Como refere a autora, “À distância do tempo, compreende-se que a Assembleia do 11 de março tivesse sido um recurso expedito e eficaz das forças mais à esquerda para ‘explorar o sucesso’ da vitória sobre o golpe da direita. O 11 de março marcou a viragem à esquerda do PREC, confirmando a ‘via socialista’ da Revolução portuguesa, e pôs fim ao contestado Programa de Política Económica e Social coordenado por Melo Antunes, ultrapassado desde logo pelas nacionalizações da banca e dos seguros”.

## A LEI À MODA DE FRANÇA, ERRADAMENTE

Uma curiosidade que passa pela assunção da culpa por um homem que, como se verifica pela leitura do livro, nunca fugiu às suas responsabilidades. Parece um pormenor de somenos importância, todavia Loureiro dos Santos dá-lhe valor, até porque passados tantos anos ainda o país enferma desse 'mal' por si motivado, nomeadamente quanto à terminologia.

Pode parecer um detalhe, mas o facto do general se ter inspirado no sistema francês levou-o a adotar o termo Defesa Nacional, partindo de "défense nationale", mas, como próprio reconhece, a "expressão tem um sentido mais amplo do que a portuguesa, que se refere apenas à questão militar". Explica o general: "Eu adotei a terminologia francesa, transferia-a para a nossa lei e, como resultado, essa confusão mantém-se e, por isso, me sinto de certa maneira culpado. Foi um erro". Acrescenta Luísa Meireles: "Confessa que, na altura em que começou a colaborar na elaboração da lei e não tinha ainda nomeado vice-CEMGFA, nem se tinha apercebido suficientemente da doutrina NATO que postula a 'national security'".

Logo a seguir ao 25 de abril de 1974, Loureiro dos Santos fez parte do grupo de trabalho encarregado de elaborar uma proposta para a Lei de Defesa. O documento ficou concluído quando Loureiro dos Santos foi ministro da Defesa do governo de Maria de Lourdes Pintasilgo, no entanto, não chegou a ser apresentado na Assembleia da República. Todavia, a lei que será aprovada em 1982 será grandemente baseada no resultado do trabalho grandemente influenciado pelo general. No livro, explica-se tudo.

## COSTA GOMES FOI O CÉREBRO DO GOLPE DE 25 DE NOVEMBRO DE 1975

"O general não esconde que o 25 de novembro se lhe afigura 'uma data decisiva' porque acabou por baldear - e em alguns casos injustamente - uma série de intervenientes do 'processo libertador' do 25 de Abril. Mas do seu ponto de vista é também uma 'data criadora', porque é com ela que começa o modelo de regime democrático que foi implantado em Portugal".

"Foi o final do cumprimento das promessas feitas pelos militares na manhã libertadora do 25 de Abril, que culminou na definição do regime democrático que Portugal desejava", diz Loureiro dos Santos.

No livro, o biografado desfaz algumas dúvidas sobre este dia, como por exemplo o facto de ter sido em Belém o centro do comando geral das operações e que quem superintendeu toda a estratégia e política foi o Presidente da República Costa Gomes, havendo ainda duas pessoas "importantes no nível a seguir", Vasco Lourenço, como comandante da Região Militar de Lisboa, e Ramalho Eanes, na altura tenente-coronel, como comandante operacional.

Loureiro dos Santos, quando era ministro da Defesa, numa reunião em 1979 do Conselho da Revolução. À sua esquerda está o almirante Souto Cruz e à direita o brigadeiro Charais

#### UM PREFÁCIO DE RAMALHO EANES

O general António Ramalho Eanes, Presidente da República (o mais jovem, tem 41 anos) entre 1976 e 1986, é o autor do prefácio. Dando pela sua parte um contributo para a compreensão de um tempo e de um percurso, afirma: "De Loureiro dos Santos ficará para a História, além desta excelente biografia e do seu exemplo pessoal que relata, o seu trabalho de investigador e renovador de doutrinas, sobretudo da História Militar e da Estratégia. A importância atual desta última destaca-se, civilmente, quando se sabe que 'a estratégia militar é a matriz de toda a estratégia', as estratégias das próprias empresas (em 'guerra' económica permanente) e as das outras organizações e instituições, políticas que sejam".

#### VIVIA-SE DO PROVENTO DOS REBANHOS DE CABRAS E DO 'VINHO DO BENEFÍCIO'

E porque se esquece depressa que o país está muito melhor, evoluiu grandemente a seguir ao 25 de abril de 1974, leia-se, apenas um pouco, como era viver na província quando Loureiro dos Santos nasceu:

"Chamavam 'Cabo do Mundo' a Vilela do Douro, uma aldeia de algumas centenas de habitantes da freguesia de Paços, concelho de Sabrosa, porque não havia estradas que conduzissem até lá, só caminhos e veredas. O único monumento digno desse nome era a capela, de 1867. As casas eram rasas, de xisto e muitas de teto de colmo. As gentes viviam do provento dos rebanhos de cabras e do 'vinho do benefício' (do vinho do Porto), da batata, do milho e do centeio que semeavam. Chamavam-lhes os 'chibeiros', tantas eram as cabras e os chibos que havia na terra.

No Inverno, os caminhos da aldeia estavam sempre cobertos de mato, onde as cabras iam fazendo as caganitas. Com a chuva e a passagem das pessoas fazia-se a 'cagalheta", que depois de ensacada era vendida para fora ou para adubar os campos. Só no Verão era tudo varrido. A divisão do estrume era pacífica: separava-se o caminho ao meio, metade pertencia às casas de um lado, metade às do outro. Haveria de ser assim até aos anos setenta, quando já muitos tinham emigrado, mas a aldeia continuava sem água nem luz, com o mesmo tanque coletivo onde as mulheres desde sempre lavavam a roupa, no fundo de um caminho inclinado. Apre, que custava subir a encosta com o alguidar à cabeça carregado de roupa molhada!"

#### DO "CABO DO MUNDO" PARA A "BOCA" DO MUNDO

O pai Augusto Rodrigues dos Santos tinha perdido o emprego por isso voltava à terra natal, com um grande nó no estômago, era precisamente

isso que não queria, aquilo era um atraso de vida. A mãe Alice Loureiro, natural de Matosinhos, mais menina de cidade, “não sabia pegar numa enxada. Costureira de alfaiate, não sabia fazer roupa de senhora. E quem precisava de alfaiate naquele ‘cabo do mundo’?” Passará o tempo a chorar e a queixar-se da vida, a reclamar “daquele ladrão que a trouxera para aquele fim do mundo”, que quando estava em casa se encostava no fundo da casa a fumar a onça de tabaco”.

“Augusto acabou por fazer o mesmo e manteve-se emigrado durante vários anos, indo e vindo de França. Ela ficou e com “o tempo, havia de tornar-se uma figura indispensável na povoação: era a única mulher que sabia ler e escrever e por isso era ela quem escrevia as cartas para o cada vez maior número de homens que abandonavam Vilela para ir trabalhar fora”.

José Alberto Loureiro dos Santos foi o único dos filhos que nasceu em Vilela do Douro, sete anos depois de Eduardo. Nasceu na casinha de xisto a 28 de agosto de 1936. O pai atrasou-se a efetuar o registo e deixou passar o prazo legal, daí que para não pagar a multa o casal fez o mesmo que muitos outros: “deram-lhe uma nova data de nascimento, 2 de setembro. Só servia para os papéis. Em casa, o dia de aniversário era mesmo o 28 de agosto”.

“A vida era muito dura em Vilela do Douro e não tinha nada a ver com aquilo a que Alice estava habituada. Para ir ao mercado, em Vila Real, com a filha mais velha ou com o marido, levava-se o burro, mas a caminhada era a pé uns bons 20 km, pelos caminhos dos montes. Saía-se ainda o Sol não tinha nascido e voltava-se com a noite. Muitas vezes tinha ido ao Pinhão vender as sacas de carvão que fazia. Foram quase dez anos assim. Até que um dia um primo veio dizer que a Guarda estava a reincorporar o pessoal e o soldado Augusto arriscou apresentar-se e foi aceite. Tinha o Zeca três anos quando finalmente se mudaram para Santa Marta de Penaguião, já Alice estava grávida de Emília, o quarto e último rebento da família.”

## "E DEPOIS DO ADEUS"

“Não me esqueço do que fez”, a frase reflete o sentimento de Loureiro dos Santos em relação a Cavaco Silva. E é o que parece. Quando se demitiu de CEME, dada a sua competência e currículo, o governo ficou de lhe evitar a passagem prematura à reserva (janeiro de 1993)... “Eles marimbaram-se”, é a crença do general que na altura recebeu uma carta informando-o que, escreveu a autora, “não tinha sido possível encontrar um lugar compatível com a sua ‘categoria’ de general de 4 estrelas”.

Esperou em vão, um pedido de desculpas. “Foi um tempo muito mau. Pela primeira vez na vida sofreu uma depressão profunda, ao ponto de a família se convencer que ele poderia ter a doença de Alzheimer.”

Quando se reformou, em janeiro de 1998, " a sua vida já dera entretanto uma volta" e nesse caminho prosseguirá. Loureiro dos Santos reinventou-se, o homem discreto, escutado mas apenas no seu círculo de amigos e profissional, voltou a estudar e tornou-se o primeiro general-doutor. Passou então a ter um outro estatuto público: para a sociedade civil, tornou-se "uma referência incontornável como militar e como cidadão", com os seus livros e os seus comentários nos "media", uma voz de respeito em matéria de defesa e segurança.